

A. I. Nº - 298962.0015/03-9
AUTUADO - AUTO POSTO MONTE CARLO LTDA.
AUTUANTE - EGÍDIO SILVA
ORIGEM - INFAZ IVITÓRIA DA CONQUISTA
INTERNET - 25.05.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0175-02/04

EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ÁLCOOL E ÓLEO DIESEL. MERCADORIAS ENTRADAS NO ESTABELECIMENTO SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO: a) RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ICMS NORMAL; b) ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. O contribuinte é responsável pelo pagamento do imposto normal, devido pelo fornecedor, e pelo antecipado, relativo às mercadorias, sujeitas a substituição tributária, recebidas sem documentação fiscal. Exigências subsistentes em parte, após análise das provas documentais contidas nos autos. **2. LIVROS FISCAIS. FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO DO LIVRO REGISTRO DE INVENTÁRIO.** Infração caracterizada. Rejeitada as preliminares de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

Auto de Infração, lavrado em 14/12/03, exige o valor de R\$318.788,38, conforme documentos às fls. 12 a 369 dos autos, apurado através:

1. do levantamento quantitativo de estoque de álcool etílico hidratado carburante, inerente aos exercícios de 1998 a 2002, relativo a falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$149.146,29, na condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e consequentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;
2. do levantamento quantitativo de estoque de álcool etílico hidratado carburante, inerente aos exercícios de 1998 a 2002, relativo a falta de recolhimento do ICMS, por antecipação tributária, no valor de R\$126.755,62, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e consequentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;
3. do levantamento quantitativo de estoque de diesel comum, inerente aos exercícios de 1998 a 2002, relativo a falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$11.267,49, na condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e consequentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;
4. do levantamento quantitativo de estoque de diesel comum, inerente aos exercícios de 1998 a 2002, relativo a falta de recolhimento do ICMS, por antecipação tributária, no valor de R\$5.359,24, de responsabilidade próprio sujeito passivo, por ter adquirido mercadorias de

- terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e consequentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;
5. do levantamento quantitativo de estoque de diesel comum, inerente ao exercício aberto de 01/01/03 a 07/10/03, relativo a falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$23.437,55, na condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e consequentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;
 6. do levantamento quantitativo de estoque de diesel comum, inerente ao exercício aberto de 01/01/03 a 07/10/03, relativo a falta de recolhimento do ICMS, por antecipação tributária, no valor de R\$2.742,19, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e consequentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;
 7. da multa, no valor de R\$80,00, por não ter apresentado, quando regularmente intimado, o Livro Registro de Inventário, referente aos exercícios de 1999 a 2002.

O sujeito passivo, às fls. 380 e 381 do PAF, alega a existência de dois erros gravíssimos o que acarretará a nulidade do Auto de Infração, já que a empresa já foi objeto de fiscalização por outro preposto fiscal de todos os exercícios autuados, o qual encontra-se inclusive em fase de defesa administrativa, como também pelo fato de não ser fornecido ao autuado nenhum cálculo ou demonstrativo do débito para que o requerente possa defender-se adequadamente. Assim, requer a nulidade do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal, às fls. 384 a 385 do PAF, ressalta que o preposto que fiscalizou o autuado antes desta ação, lavrou o Auto de Infração de n.º 271351.0003/03-3, exclusivamente em cima do combustível Álcool e não homologou nenhum exercício, sendo que todos os valores cobrados foram deduzidos do montante ora exigido, consoante fls. 303, 365 a 374 dos autos. Quanto a citação de que não fora entregue cópia dos demonstrativos de débitos, afirma que todos demonstrativos e planilhas foram fornecidos ao autuado. Requer que o Auto de Infração seja julgado procedente.

Em 17/02/2004, o PAF foi convertido em diligência à INFAZ de origem, no sentido de intimar o sujeito passivo acerca do Auto de Infração, reabrindo-lhe o prazo de defesa, com indicação de 30 dias para sobre ele se manifestar, fornecendo-lhe neste ato cópia dos novos elementos, constantes às fls. 303 a 337 do PAF, o que foi atendido às fls. 389 e 390 dos autos, sem contudo o contribuinte se pronunciar.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração, lavrado para exigir o imposto no total de R\$318.708,38, apurado através de levantamento quantitativo de estoque de álcool hidratado e óleo diesel, nos exercícios de 1998 a 2003, decorrente da responsabilidade por solidariedade pela falta de recolhimento do imposto normal, devido pelo fornecedor, e do imposto por antecipação tributária, de responsabilidade do próprio autuado, devido nas aquisições desacompanhadas de documentação fiscal, além da multa no valor de R\$80,00, decorrente da falta de apresentação do Livro Registro de Inventário, relativo aos exercícios de 1998 a 2002, quando regularmente intimado.

Da análise das razões de defesa, às fls. 380 e 381, observo que o sujeito passivo limita-se apenas a suscitar a nulidade do Auto de Infração, sob a alegação de que a empresa já havia sido fiscalizada no mesmo período e que não lhe foi fornecido nenhum cálculo ou demonstrativo do débito para que pudesse defender-se adequadamente.

Inicialmente, rejeito o pedido de nulidade do Auto de Infração, pois o fato de já ter sido fiscalizada não impede de haver nova ação fiscal, caso fique evidenciado a existência de débito a reclamar, desde que esteja dentro do prazo decadencial do direito do Estado de exigir o tributo e se deduza o valor anteriormente exigido através de Auto de Infração, o que ocorreu consoante demonstrativo à fl. 303 dos autos. Também, não pode prosperar a segunda arguição de nulidade do Auto de Infração, pois o contribuinte teve restabelecido o seu direito de exercer plenamente o seu direito de defesa, uma vez que foi intimado a tomar ciência da reabertura do prazo de trinta dias para apresentar defesa, sendo que nesta oportunidade lhe foi entregue cópia dos demonstrativos embasadores da acusação fiscal, constantes às fls. 303 a 337 dos autos.

Assim, por tudo quanto foi exposto, rejeito as preliminares de nulidade suscitadas pelo autuado.

Porém, ao cotejar os demonstrativos de fls. 303 e 310 dos autos com o próprio lançamento no Auto de Infração, constato que os valores nele lançados não se coadunam com os consignados nos referidos demonstrativos, havendo exigência a maior dos apurados. Assim, diante de tais fatos, considero como correto os valores constantes dos demonstrativos, passando o débito do Auto de Infração a ter a seguinte configuração, após também retificação da multa formal:

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO							
DATA		BASE DE	ALIQ.	MULTA		VALOR	INFRAÇÃO
OCORR.	VENCTº	CÁLCULO	%	%	FIXA	(R\$)	
31/12/1998	09/01/1999	1.051,24	25%	70		262,81	1
31/12/1999	09/01/2000	2.574,68	25%	70		643,67	1
31/12/2000	09/01/2001	58.227,64	25%	70		14.556,91	1
31/12/2001	09/01/2002	50.562,20	25%	70		12.640,55	1
31/12/2002	09/01/2003	55.058,07	27%	70		14.865,68	1
31/12/1998	09/01/1999	333,12	25%	60		83,28	2
31/12/1999	09/01/2000	815,92	25%	60		203,98	2
31/12/2000	09/01/2001	18.452,36	25%	60		4.613,09	2
31/12/2001	09/01/2002	16.023,20	25%	60		4.005,80	2
31/12/2002	09/01/2003	17.447,89	27%	60		4.710,93	2
31/12/1998	09/01/1999	11.921,41	17%	70		2.026,64	3
31/12/1999	09/01/2000	16.143,29	17%	70		2.744,36	3
31/12/2000	09/01/2001	4.336,12	17%	70		737,14	3
31/12/2001	09/01/2002	19.725,53	17%	70		3.353,34	3
31/12/2002	09/01/2003	14.064,29	17%	70		2.390,93	3
31/12/1998	09/01/1999	6.639,00	17%	60		1.128,63	4
31/12/1999	09/01/2000	8.990,18	17%	60		1.528,33	4
31/12/2000	09/01/2001	2.414,76	17%	60		410,51	4
31/12/2001	09/01/2002	7.584,47	17%	60		1.289,36	4
31/12/2002	09/01/2003	5.845,12	17%	60		993,67	4
07/10/2003	09/11/2003	136.694,94	17%	70		23.238,14	5
07/10/2003	09/11/2003	15.993,29	17%	60		2.718,86	6
14/12/2003	14/12/2003	-	-	-	90,00	90,00	7
TOTAL A EXIGIR:						99.236,61	

Do exposto, voto o Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE, no montante de R\$99.236,61.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração n.º **298962.0015/03-9**, lavrado contra **AUTO POSTO MONTE CARLO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$99.146,61**, sendo R\$8.621,70, corrigido monetariamente, acrescido das multas de 60% sobre R\$2.944,22 e 70% sobre R\$5.677,48, previstas, respectivamente, no art. 42, II, “d”, e III, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, e mais R\$90.524,91 acrescido das multas de 60% sobre R\$18.742,22 e 70% sobre R\$71.782,69, previstas, respectivamente, no art. 42, II, “d”, e III, da Lei n.º 7.014/96, e demais acréscimos legais, além da multa no valor de **R\$90,00** prevista no art. 42, XX, “a”, da Lei n.º 7.014/96.

Esta Junta recorre de ofício para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto n.º 7.629/99, alterado pelo Decreto n.º 7.851/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de maio de 2004.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO - PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR